



<http://abpes.wordpress.com>

II ENPES - Encontro Nacional de Pesquisa sobre Economia Solidária

“A economia solidária sob diversos olhares”

22 de setembro de 2012

Palácio das Convenções do Anhembi

São Paulo-SP

O II ENPES acontece por ocasião da II Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, contando com o apoio dos organizadores desse evento maior. Em 28 de agosto de 2004, ocorreu na USP o I ENPES e em 24 de abril de 2005, foi fundada a ABPES - Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária. A ABPES é formada atualmente por pesquisadores de dez unidades federativas das cinco regiões do Brasil, além de Portugal e Bélgica. A ABPES visa contribuir cientificamente com o desenvolvimento da economia solidária, de modo que ela seja um campo de ensino, pesquisa, extensão e atividade profissional amplamente reconhecido pela sociedade brasileira. Durante o II ENPES, acontecerá também a IV Assembleia Geral da ABPES.

Programação Geral:

8:30 – Credenciamento e associação à ABPES

9:00 – Mesa: “A economia solidária em construção e análise”
(Auditório Celso Furtado do Palácio das Convenções do Anhembi)

Paul Singer – SENAES-MTE

Sylvia Leser de Mello – NESOL /IP-USP

Marcia de Paula Leite – ALAST/FE-Unicamp

Maria Lúcia Carvalho da Silva – FCS/PUC-SP

11:30 – IV Assembleia Geral da ABPES

(Sala I do Palácio de Convenções do Anhembi)

13:00 – Intervalo de almoço

14:00 – Sessões de Grupos de Trabalho

(Sala I do Palácio de Convenções do Anhembi)

(Sala Menor do Hotel Metropolitano, Av. Cruzeiro do Sul, 1709)

(Sala Maior do Hotel Metropolitano, Av. Cruzeiro do Sul, 1709)

Sumário:

Comissão Organizadora.....	5
Composição dos GTs.....	6
GT1- Coleta seletiva e relações de gênero.....	5
GT2- Sociedade civil e políticas públicas.....	6
GT3- Desafios da autogestão.....	7
GT 4- Processos educativos, saúde e desenvolvimento.....	8
GT 5- Agricultura, pesca, extrativismo e sustentabilidade...9	
Resumos dos Trabalhos.....	11
Associados(as) da ABPES.....	36

Organização do II ENPES

Comissão Organizadora

Alberto Paschoal Trez (IF / ABPES)

Ana Lucia Cortegoso (UFSCar / ABPES)

André Ricardo de Souza (UFSCar / ABPES)

Arlete Cândido Vieira Monteiro (FAPI / ABPES)

Colaborador: Rafael Lopes (CooPsi)

Estudantes colaboradores (UFSCar):

Caroline Barbosa

Filipe Baldin

Giulliano Placeres

Mariana Gama

Rafaela Martins

Vinicius Manduca

Apoio:

**Núcleo Multidisciplina e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em
Economia Solidária da Universidade Federal de São Carlos
(NuMI-EcoSol/UFSCar)**

Composição dos GTs

GT 1- Coleta seletiva e relações de gênero
Sala I do Palácio de Convenções do Anhembi
Coordenadora: Arlete Monteiro (FAPI / ABPES)

Política Nacional de Resíduos Sólidos e a participação subordinada dos catadores na logística reversa

Cinthia Versiani Scott Varella (UFMG)

Cadeia produtiva de resíduo sólido: os empreendimentos de economia solidária em Maceió e cadeia produtiva de material reciclado.

Adelson Gomes da Silva (UFAL)

Paulo da Silva Santo Junior (UFAL)

Melhoria das condições ergonômicas de trabalho numa cooperativa de reciclagem

Lays de Carvalho Freitas (UFU)

A eficiência da solidariedade: eficiência na produção e a produção da solidariedade em associações de catadores

Jacqueline Rutkowski (Instituto Sustentar)

Tecnologia Social e a reciclagem de materiais em cooperativas de catadores

Igor Fabian de Goes Lopes (UEPG)

Reidy Rolim de Moura (UEPG)

A padronização da qualidade dos materiais separados e comercializados pelas associações de catadores: uma alternativa para produção de valor na cadeia de reciclagem

Larissa Sousa Campos (UFMG)

Francisco de Paula Antunes Lima (UFMG)

Melhoria das condições produtivas de trabalho numa cooperativa popular de reciclagem na cidade de Ituiutaba-MG

Thassiana Silva Caetano (UFU)

Julmar Gonçalves da Silva Júnior (UFU)

A participação feminina em uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis no Oeste Paulista sob olhares de cooperadas

Ana Maria Rodrigues de Carvalho (UNESP/Assis-SP)

Carina Alexandra Rondini (UNESP/Assis-SP)

Carlos Rodrigues Ladeia (UNESP/Assis-SP)

As cooperativas de costura e de bordado na Região de Cianorte/Paraná: as faces da subcontratação das trabalhadoras dos distritos de Marabá e de São Lorenzo

Angela Maria de Sousa Lima (UEL)

A história de luta e desenvolvimento de um grupo de mulheres (FIBRART) acompanhadas pela UNITRABALHO –UFAL

Adriana Claudino da Silva (UFAL)

Marinalva dos Santos de Lima (UFAL)
Monaliza Correia da Silva (UFAL)

Catadores de lixo ou agentes ambientais? entre o reconhecimento social e o trabalho sujo

Fabiana Goulart de Oliveira (UFMG)
Vanessa Andrade de Barros (UFMG)

GT 2- Sociedade civil e políticas públicas

Sala I do Palácio de Convenções do Anhembi

Coordenador: Roney Rezende Rangel (UNIVAP / ABPES)

Economia solidária como política e estratégia de desenvolvimento: o discurso, as práticas e os desafios no Brasil.

Ana Mercedes Sarria Icaza (UFRGS)

A política pública de formação em economia solidária: elementos de tensão entre capital e trabalho no reordenamento sóciometabólico do capital

Rafael de Lima Bilio (UFRJ)

A importância da formulação de políticas públicas geradoras de tecnologias que favoreçam a sustentabilidade econômica dos empreendimentos de economia solidária.

Márcia Janete da Cunha Costa (UFPA)
Sônia Mendes de Abreu (SEICOM-PA)

A atuação das políticas públicas governamentais voltadas para a economia solidária

Ana Paula da Silva Pinto (UFAL)
Jairo da Silva Gomes (UFAL)

De beneficiário a cidadão: breve análise comparativa entre o Programa Bolsa Família e os Fundos Solidários na região sul do Brasil

Talita Jabs Eger (CAMP)
Miéle Ribeiro (CAMP)
José Inácio Konzen (CAMP)

Políticas públicas de economia solidária no Rio Grande do Sul

Eliezer Pedroso Rosa (UFRGS)

A política nacional de economia solidária no Brasil e a sua relação com o rural e o urbano

Fernanda Nagem (UFRRJ)

Contradições entre interesses e necessidades populares, e a ação do poder público em relação às cooperativas de serviço – caso Cooperlimp

Ana Lucia Cortegoso (UFSCar / ABPES)
Ioshiaqui Shimbo (UFSCar / ABPES)
Rafael Moya (UFSCar)

Economia solidária: um movimento social?

Kelci Anne Pereira (USP)

Das formas de solidariedade da economia solidária: um confronto entre as teorias de Marx, Mauss e Dukheim e a realidade brasileira.

Martim Zamora (UFRGS)

Glaucia Campregher (UFRGS)

Processos organizativos e políticos dos fóruns de economia solidária na Região Metropolitana de Belo Horizonte: organização, mobilização e articulação

Carlúcia Maria Silva (PUC-MG)

GT 3- Desafios da autogestão

Local: Sala I (do Palácio de Convenções do Anhembi

Coordenador: Paulo Eduardo Bento (UFSCar / ABPES)

As fábricas recuperadas no Brasil: uma discussão sobre a teoria e a prática da autogestão

Aline Suelen Pires (UFSCar)

Cooperativismo e trabalho autogestionário: entre o real e o possível

Ana Beatriz Melo (PUC-MG / ABPES)

“Todos são iguais”, “todos são responsáveis” e “todos estão no mesmo barco”: os (des) entendimentos da autogestão cooperativa

Egeu Gómez Esteves (FURG / ABPES)

Rede Justa Trama - cadeia produtiva do algodão ecológico: a economia solidária como desenvolvimento territorial.

Gilmar Godoy Gomes (UFRGS)

Álvaro Luiz Heidrich (UFRGS)

Trabalho e política no cotidiano de uma rede autogestionária: primeiros resultados de um estudo psicossocial

Cris Fernández Andrada (USP / ABPES)

Politecnia e autogestão: debate sobre a proposição do trabalhador omnilateral

Caio Luis Chiariello (UFSCar)

Farid Eid (UFPA)

História e análise de uma cooperativa de desenvolvimento de software

José Monserrat Neto (UFLA / ABPES)

Os conflitos e parcerias entre os sindicatos e as fábricas recuperadas autogestionárias

Raquel Duaibs (UNICAMP)

Moeda social: possibilidades e limites: reflexões a partir da implantação do Ecobanco em uma feira de economia solidária na cidade de Curitiba-PR

Marilene Zazula Beatriz (UTP)

José Aparecido de Oliveira (UNIBRASIL)

Lourdes Marchi (CEFURIA)

Glicimar Bueno (CEFURIA)

Autogestão e economia solidária: limites e possibilidades

Sandro Benedito Sguarezi (UNEMAT)

Lúcia Maria Machado Bógus (PUC-SP)

GT 4- Processos educativos, saúde e desenvolvimento

Local: Sala Maior do Hotel Metropolitano

Coordenador: Alberto Trez (IF / ABPES)

Dáviva e economia solidária: processo educativo na formação em economia solidária

Sônia Marise Salles Carvalho (UnB)

Christiane Girard Ferreira Nunes (UnB)

As experiências do Escritório de Inovação Tecnológica (EIT) da UFMT e da ARCA Multincubadora

Jussara Luzia de Figueiredo (UFMT)

Processos educativos na incubação de empreendimentos solidários: associações entre a Educação Popular e a Pesquisa-ação

Cezar Nonato Bezerra Candeias (UFAL)

Evelyn Wagner Lucena Lima Candeias (UFAL)

Amélia Virgínia Lucena Oba (UFAL)

Introdução de técnicas para estruturação do trabalho em um empreendimento popular solidário no recorte da educação popular

Flander de Almeida Calixto (UFU)

Hilano José Rocha de Carvalho (UFU)

Experiência de uma equipe multidisciplinar na gestão de empreendimentos econômicos solidários

Emanuelle Dias Pinto (UFMT)

Aitana Salgado Carmona (UFMT)

Oscar Zalla Sampaio Neto (UFMT)

Empreendimento econômico solidário: a incubação sob o ponto de vista do processo psicológico grupal

Ramiz Candeloro Pedroso de Moraes (UNIFESP)

Saúde mental, economia solidária e desenvolvimento territorial: a experiência do NuMI-EcoSol/UFSCar

Giovana Garcia Morato (UFSCar)

Isabela Ap. de Oliveira Lussi (UFSCar / ABPES)

Loucura e trabalho na economia solidária: a produção de fazeres e saberes sobre o processo de constituição de coletivos autogestionários no contexto da saúde mental

Márcia Campos Andrade (UEL / ABPES)

Vivência estudantil na prática extensionista: vivência e prática solidária

Rui Lemes Barbosa (UEPG)

Jonas Roberto Schaurich (UEPG)

Winnie Olinek (UEPG)

Economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial ou de desenvolvimento local?

Tatiane Marina Pinto de Godoy (UFSCar)

Economia solidária, desenvolvimento local e sustentabilidade: um trabalho realizado pela Incubadora de Empreendimentos Solidários-IESOL na Região de Ponta Grossa - Paraná

Alnary Nunes Rocha Filho (UEPG)

Drielli Peyerl (UNICAMP)

Luiz Alexandre Gonçalves Cunha (UEPG)

GT 5- Agricultura, pesca, extrativismo e sustentabilidade

Local: Sala Menor do Hotel Metropolitano

Coordenador: Arlindo Rodrigues (Uninove / ABPES)

A sustentabilidade da pesca no município de Itacoatiara na ótica do associativismo

Kátia Rejane da Silva Rufino (UEAM)

Shelda de Souza Barros (UEAM)

Rayanne Cristina Silva Gonçalves (UEAM)

Débora Ramos Santiago (UEAM)

Economia solidária e agroecologia: proposta de uma vida sustentável

Daniele de Souza (UFSCar)

Maria Lúcia Teixeira Machado (UFSCar / ABPES)

Economia solidária, bem viver e decrescimento: três propostas diferentes?

Francisco Salau Brasil (UEPG)

Manuela Salau Brasil (UEPG)

Economia solidária, extrativismo e desenvolvimento no sul da Amazônia brasileira

Luciane Maria da Silva (UEAM)

Paulo de Tarso Barbosa Sampaio (INPA)

Eficiência e agricultura familiar: explicando a “resistência” dos pequenos agricultores às inovações tecnológicas

Giovanni Campos Fonseca (UFMG)

Hotel Metropolitano
Avenida Cruzeiro do Sul, 1709
<http://www.metropolitanohotel.com.br>
(ao lado da Estação de Metrô e em frente ao Terminal Rodoviário do Tietê)



Resumos dos Trabalhos

Cadeia produtiva de resíduo sólido: os empreendimentos de economia solidária em Maceió e cadeia produtiva de material reciclado

Adelson Gomes da Silva (UFAL)

Paulo da Silva Santo Junior (UFAL)

Este é parte de um trabalho de pesquisa sobre a cadeia produtiva da reciclagem, coordenada pela Incubadora de Empreendimentos Solidária ligada ao Núcleo da Unitrabalho da Universidade Federal de Alagoas, que desenvolve ações de Extensão no campo da Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária em Alagoas. O estudo está previsto em uma das ações do Projeto Empreendendo a Sustentabilidade: Incubação de Empreendimentos Solidários em Alagoas – ESIESA patrocinado pela Fundação de Estudos e Pesquisas do Ministério da Ciência e Tecnologia - FINEP. Assim, nosso objetivo aqui é apresentar e analisar os resultados sobre o estudo da cadeia produtiva do Resíduo Sólido em duas Cooperativas de reciclagem da cidade de Maceió a fim de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos catadores de material reciclados de uma forma geral, e de modo especial dos que estão trabalhando de forma coletiva em um empreendimento de economia solidária. O qual pretendemos ampliar com um maior aprofundamento teórico e pesquisa de campo com parte da ação do projeto – IN SOLIDUM. Como o estudo está em andamento, pretendemos analisar somente duas Cooperativas de Maceió.

A história de luta e desenvolvimento de um grupo de mulheres (FIBRART) acompanhadas pela UNITRABALHO – UFAL

Adriana Claudino da Silva (UFAL)

Marinalva dos Santos de Lima (UFAL)

Monaliza Correia da Silva (UFAL)

A Associação Fibrart é composta por um grupo de mulheres do município de Atalaia em Alagoas. A atividade desenvolvida pelo grupo é o artesanato da fibra da bananeira, trabalho que vem sendo aprimorado pelas artesãs através de muita dedicação e superação de desafios. O grupo tem importantes parceiros no processo de desenvolvimento e promoção do grupo a exemplo da prefeitura da cidade, o Banco do Brasil e a Unitrabalho - UFAL, que vem desempenhando um importante papel junto com a IESOL. O grupo é composto por oito mulheres que viram suas vidas mudar com a prática do trabalho coletivo e o desenvolvimento do trabalho artesanal como o revestimento de móveis, moldura para quadros e espelhos, bolsas, chapéus, lembrancinhas para festas, eventos e etc. Todos os produtos são feitos de maneira manual com características próprias os trabalhos são elaborados coletivamente e individualmente. Os produtos são comercializados nas feiras nacionais e nas encomendas locais.

As fábricas recuperadas no Brasil: uma discussão sobre a teoria e a prática da autogestão

Aline Suelen Pires (UFSCar)

Os anos 1990 foram marcados, no Brasil, por profundas transformações. Passamos a sentir de maneira mais clara os efeitos da chamada “reestruturação produtiva”, ocorre a abertura dos mercados, entramos no neoliberalismo e enfrentamos uma séria crise econômica, que fez com que muitas empresas falissem. Todas essas circunstâncias resultaram, para o trabalhador, em desemprego estrutural e aumento da precarização das relações de trabalho, o que fez com que partissem, em busca de novas formas de trabalho e obtenção de renda. É nesse contexto que surgem as primeiras fábricas recuperadas, isto é, experiências em que grupos de trabalhadores se uniram para gerir coletivamente as empresas em falência nas quais trabalhavam, na tentativa de preservarem seus postos de trabalho. É a partir dessas experiências e concomitantemente a elas que se desenvolvem outras formas de trabalho autogestionário e autogestionário, configurando o movimento da Economia Solidária. Nossa proposta de pesquisa é fazer um retorno às fábricas recuperadas pioneiras, tentando verificar como e se a proposta autogestionária se efetivou após esses anos. Além disso, propomos uma discussão sobre como as práticas de autogestão de articulam com um discurso sobre a Economia Solidária que é produzido no Brasil.

Economia solidária, desenvolvimento local e sustentabilidade: um trabalho realizado pela Incubadora de Empreendimentos Solidários-IESOL na Região de Ponta Grossa - Paraná

Alnary Nunes Rocha Filho (UEPG)

Drielli Peyerl (UNICAMP)

Luiz Alexandre Gonçalves Cunha (UEPG)

A reestruturação capitalista relacionado à crise iniciada na década de 1970 gerou a retomada do desemprego nos países desenvolvidos e o agravamento da pobreza e da exclusão social nos países subdesenvolvidos. A essa crise social se junta à crise ecológica que também é especialmente perversa com os segmentos mais carentes da população. Nesse contexto, a Economia Solidária é resgatada, de uma forma atualizada, como alternativa de geração de trabalho e renda. A IESOL surge para fomentar esta opção numa região marcada por uma concentração importante de municípios com baixos índices de desenvolvimento humano. Assim, o objetivo do artigo é discutir a atuação da IESOL como incubadora de empreendimentos solidários na região de Ponta Grossa-PR. A mesma, corresponde a um programa de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Os objetivos essenciais são a autogestão, a geração de trabalho e renda, a organização baseada no associativismo e cooperativismo e a sustentabilidade. As principais dificuldades relacionam-se à mentalidade individualista que fundamenta a sociedade capitalista e a falta de adaptação do marco jurídico desta sociedade aos princípios da Economia Solidária. Mesmo com estes entraves, foi possível consolidar empreendimentos a partir da atuação da IESOL.

Cooperativismo e trabalho autogestionário: entre o real e o possível

Ana Beatriz Melo (PUC-MG / ABPES)

O movimento de economia solidária tomou impulso no Brasil ao longo da década de 1990 a partir da reorganização de uma série de ações sociais já existentes no cenário nacional tais quais propostas de recuperação de fábricas a partir de práticas autogestionárias, iniciativas associadas ao cooperativismo popular e ao novo sindicalismo, entre outras. Atualmente, fazem parte desse movimento experiências heterogêneas de produção, consumo, crédito e comercialização, que se norteiam pelos seguintes princípios: desenvolvimento sustentável, cooperação, democracia participativa, igualitarismo e autogestão.

As iniciativas solidárias têm enfrentado inúmeros desafios para se afirmarem como autogestionárias num complexo cenário em que os processos de conscientização e de rompimento de referenciais subjetivo/culturais, pensados a médio e longo prazo, assumem papel vital. A partir daí, o presente trabalho pretende desenvolver aproximações críticas e analíticas sobre as possibilidades e limitações deflagradas por tais processos, a partir da exposição da história da cooperativa Mulheres Mãos Amigas, empreendimento solidário localizado em Contagem/MG, apresentando como ponto central uma concepção singular da autogestão como agenciamento coletivo de subjetivações. Tal proposta tem por base o livro Cooperativismo e trabalho autogestionário: entre o real e o possível que será lançado no segundo semestre de 2012 pela editora Appris.

Economia Solidária como política e estratégia de desenvolvimento: o discurso, as práticas e os desafios no Brasil.

Ana Mercedes Sarria Icaza (UFRGS)

O discurso central dos atores da Economia Solidária coincide em reafirmar que esta não é apenas uma resposta emergencial perante o desemprego e que representa uma proposta de outro modelo de desenvolvimento. Entretanto, apesar das evidências de sua ampliação no território nacional, as perspectivas para avançar nessa direção se apresentam cada vez mais difíceis, num contexto de crescimento econômico e redução do desemprego sustentado na lógica de integração ao mercado e complementado com políticas sociais que, melhorando as condições de vida dos mais pobres, fortalecem o consumo de massa e o modelo de acumulação capitalista. É partindo deste cenário geral que este trabalho analisa a situação atual da economia solidária no Brasil, considerando, de um lado, sua relação com o debate democrático -que mostra o dinamismo, as contribuições e os dilemas da economia solidária como espaço de construção cidadã- e, de outro, a sua relação com o debate sobre os projetos de desenvolvimento e as alternativas ao capitalismo, destacando os diferentes interesses e concepções sobre estes projetos e o próprio papel do Estado.

A atuação das políticas públicas governamentais voltadas para a Economia Solidária

Ana Paula da Silva Pinto (UFAL)

Jairo da Silva Gomes (UFAL)

O presente artigo tem como objetivo compreender a atuação das políticas públicas voltadas para empreendimentos solidários. Através de um corte metodológico, buscou-se dedicar especial atenção ao papel de protagonismo exercido pelos setores populares no concernente à definição das ações de mudanças ligadas às políticas públicas governamentais. Dentro deste contexto, entende-se que as ações relativas à geração de trabalho e renda – tomadas como estratégias de combate a uma realidade marcada por mazelas sociais bem como a um quadro de precarização do trabalho e vulnerabilidade do trabalhador – tornam-se indispensáveis para reduzir as desigualdades e promover o equilíbrio social. Busca-se assim, através de um breve esboço histórico, analisar a evolução das políticas públicas voltadas para a economia solidária. Esses espaços que incluem associações e cooperativas populares, procurando agir coletivamente para superar os problemas sociais em que estão inseridos, tornaram-se pautas de uma série de elaborações de políticas públicas que serão abordadas sucintamente neste artigo, como no caso do Programa Nacional de Incubadores de Cooperativas Populares (Proninc). Ao fim, dar-se-á especial enfoque a novos tipos de modelo de gestão pública, que proponham elaboração de diferentes arranjos institucionais desenvolvidos no contexto da economia solidária, capazes de promover maior permeabilidade do Estado à participação social.

Contradições entre interesses e necessidades populares, e a ação do poder público em relação às cooperativas de serviço – caso Cooperlimp

Ana Lucia Cortegoso (UFSCar / ABPES)

Ioshiaqui Shimbo (UFSCar / ABPES)

Rafael Moya (UFSCar)

Cooperativas de serviço da Economia Solidária, relevantes como oportunidade de geração de renda para populações pobres com dificuldades para adquirir meios de produção, têm sido inviabilizadas por iniciativas do Ministério Público do Trabalho, sob a alegação de subordinação inerente às atividades destes empreendimentos. Este trabalho tem por objetivo evidenciar contradições entre interesses da população e ação do poder público considerando fatos envolvendo uma cooperativa de limpeza, com mais de 250 sócios, submetida a um termo de ajustamento de conduta do qual resultou a descontinuidade do empreendimento. Foram utilizados como dados depoimentos, registros e observações realizadas durante assessoramento da cooperativa por membros de uma incubadora de empreendimentos solidários, desde sua criação até o momento atual, em que perdura a pessoa jurídica correspondente ao empreendimento, embora a atividade produtiva tenha cessado em janeiro de 2011 e a cooperativa já não conte com responsáveis pela gestão e fiscalização. Os dados evidenciam contradições entre políticas públicas de incentivo à Economia Solidária e ações coibindo iniciativas neste campo, dissonância na atuação de representantes do poder público e consequências desastrosas para a população que busca, no trabalho associado, a possibilidade de superação da condição de exclusão social determinada pela lógica capitalista de produção.

A participação feminina em uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis no Oeste Paulista sob olhares de cooperadas

Ana Maria Rodrigues de Carvalho (UNESP/Assis-SP)

Carina Alexandra Rondini (UNESP/Assis-SP)

Carlos Rodrigues Ladeia (UNESP/Assis-SP)

Os catadores de materiais recicláveis encontram-se entre aqueles trabalhadores que excluídos do mercado formal de trabalho, encontraram nas cooperativas/associações uma alternativa de trabalho e renda. No Oeste Paulista, o maior grupo de catadores organizados em cooperativa é constituído por 124 cooperados, dos quais 51,6% são mulheres que desenvolvem atividades como: coleta seletiva, triagem, enfardamento, transporte, gestão. Nesse estudo, buscamos identificar, em roda de conversa, a partir de olhares de um grupo de 18 catadoras, explicações para a presença feminina nesses empreendimentos. São mulheres com escolaridade média de 5 anos, 44,4% casadas/amasiadas, idade média de 45 anos e tempo mediano de trabalho na cooperativa de 4,5 anos. Avaliam que: a maioria das atividades que desenvolvem é compatível com as condições femininas; as mulheres não querem trabalhar de empregada doméstica para patroas sempre insatisfeitas; faltam alternativas de trabalho por terem baixa escolaridade e ainda, patrões não contratam pessoas com idade avançada. Consideram digno o trabalho realizado, declaram o propósito de permanecer na cooperativa por gostarem das atividades, dos inúmeros objetos reutilizáveis encontrados entre os materiais e do ambiente de trabalho amistoso existente. Instigadas a dizer com o que sonham, algumas revelam: “ganhar mais”, ter casa própria, ser dona do próprio negócio.

As cooperativas de costura e de bordado na Região de Cianorte/Paraná: as faces da subcontratação das trabalhadoras dos distritos de Marabá e de São Lourenço

Angela Maria de Sousa Lima (UEL)

O artigo debaterá alguns aspectos históricos da industrialização de roupas em Cianorte, o perfil das trabalhadoras cooperadas nos distritos de Marabá e São Lourenço; as características das condições/relações de trabalho que envolvem essas mulheres das duas cooperativas de costura e de bordado da região (São Lourenço e Marabá), elucidando que novos elementos caracterizam esse setor produtivo, dando especial atenção às questões de gênero e à divisão sexual do trabalho, de modo a mostrar também como se alteram as relações entre os elos desta cadeia produtiva, bem como o uso do trabalho de homens e mulheres em cada um deles. Dentre os achados da pesquisa, destacamos a ocorrência de uma “nova informalidade” “não-transitória”, que pode ser compreendida como relações de trabalho que conservam aspectos tradicionais, mas estão associadas a novos processos de subcontratação, nos quais vigoram a precariedade e a ilegalidade. Como exemplo dessas novas configurações, destacamos as duas cooperativas, como recurso das grandes e médias empresas na busca pela redução de custos. Queremos, em específico, mostrar um panorama das cooperativas criadas neste setor, procurando compreender o que elas representam para as trabalhadoras, como e por que se constituíram e que elos estabelecessem com a cadeia

produtiva de jeans e de “modinha” na região. Em síntese, entendemos que, se por um lado o processo de reestruturação do setor de confecções na região de Cianorte ampliou os mecanismos de flexibilização e modernização da produção de roupas, por outro, intensificou a precarização do trabalho, especialmente para as mulheres, combinando novas estratégias de organização da produção com a manutenção de formas antigas de trabalho.

Politecnia e autogestão: debate sobre a proposição do trabalhador omnilateral

Caio Luis Chiariello (UFSCar)

Farid Eid (UFPA)

O conceito de politecnia remonta ao debate sobre a fusão entre trabalho intelectual e trabalho manual, elementos separados no processo de trabalho sob o capitalismo. A proposta politécnica vislumbra a formação de trabalhadores omnilaterais, que detenham os conhecimentos técnicos e científicos para a execução das atividades e o domínio das ferramentas de gestão da produção e do processo de trabalho. O debate teórico sobre politecnia esteve presente no início do século XX, notadamente no contexto da formulação teórica do socialismo. Recolocado em debate sobre as perspectivas da organização democrática do trabalho, a partir do final do século XX, a politecnia se apresenta como importante elemento na construção da plena autogestão dos empreendimentos dos trabalhadores, quando a junção entre os elementos constitutivos do trabalho se respalda na não separação entre os trabalhadores e os seus meios de produção.

Processos organizativos e políticos dos fóruns de economia solidária na Região Metropolitana de Belo Horizonte: organização, mobilização e articulação

Carlúcia Maria Silva (PUC-MG) – carlucia.maria@gmail.com

O presente trabalho analisa, a partir de experiências de Economia Solidária na Região Metropolitana de Belo Horizonte, processos organizativos e políticos dos fóruns de economia solidária, tendo em vista compreender concepções, percepções e papéis dos atores sociais no que diz respeito à temática em estudo. Analisa também concepções, percepções e papéis de gestores públicos e entidades de apoio e fomento nos processos de mobilização e articulação do movimento de economia solidária, seus dilemas e desafios. Relaciona economia solidária, precarização das relações de trabalho e feminização da pobreza. A coleta de dados foi realizada a partir da análise de entrevistas semiestruturadas aplicadas aos integrantes do Fórum Metropolitano de Economia Solidária e a observação direta em reuniões, seminários e feiras promovidas pelo Fórum. A pesquisa apontou que, em Minas Gerais, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, os fóruns, são espaços privilegiados de formação, mobilização e organização. Espaço reivindicatório e propositivo em busca de cidadania e reconhecimento, de fomento e de desenvolvimento sustentável.

Processos educativos na Incubação de Empreendimentos Solidários: associações entre a Educação Popular e a Pesquisa-ação

Cezar Nonato Bezerra Candeias (UFAL) - cezarnonato@yahoo.com

Evelyne Wagna Lucena Lima Candeias (UFAL) - evelynelucena@yahoo.com

Amélia Virgínia Lucena Oba (UFAL) - virginia_lucena@yahoo.com.br

Ao entender a incubação de empreendimentos da economia solidária como um processo educativo, a presente comunicação busca analisar esse processo a partir da filosofia da práxis (GRAMSCI, 1978; MARX, 2001 e VASQUEZ, 1977) identificando as convergências com os aspectos epistemológicos e metodológicos da pesquisa-ação (BORDA, 2009; BRANDÃO 2006) e da Educação Popular (FREIRE, 1983, 1987 e 1998). Ressaltamos em nossa abordagem o aspecto emancipatório desse processo, entendendo a emancipação como o ato da conquista do governo de si próprio (ARRUDA, 2009), e por isso demandante de uma educação reflexiva. Concluímos a nossa comunicação sugerindo a tecnologia social “Mandala de Saberes”, como uma interessante estratégia de incubação ao fundir diferentes saberes (popular, acadêmico, comunitário, social e individual) numa perspectiva de educação integral e integrada, incorporando em sua execução, aspectos da pesquisa-ação e da educação popular de matriz freireana.

Política Nacional de Resíduos Sólidos e a participação subordinada dos catadores na logística reversa

Cinthia Versiani Scott Varella (UFMG) - cinthiaversiani@yahoo.com.br

O movimento social dos catadores de materiais recicláveis obteve conquistas importantes como a participação das associações de catadores (ACs) nos sistemas de coleta seletiva previstas na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRSU). Comprova-se o reconhecimento social conquistado pelos catadores, mas também são evidenciadas contradições em relação à natureza desses empreendimentos da economia solidária. Se, por um lado, a política reconhece os catadores como atores econômicos que conquistaram um lugar nos processos de coleta seletiva, por outro, estabelece condições que impedem sua participação efetiva. Dada a complexidade do problema do lixo urbano, soluções tecnológicas “viáveis”, como incineradores, consórcios intermunicipais e parcerias público privada (PPP), ameaçam a atividade dos catadores. As ACs, em seus processos de trabalho e de produção, se deparam com dificuldades para lidar com conhecimentos e tecnologias necessários para gerir a logística reversa, que impedem aumentos de escala e ganhos de produtividade. Além da ação política, a atuação efetiva das ACs e seu desenvolvimento dependem da capacidade operacional dos empreendimentos. Mais que reforçar as políticas, enfatizamos a necessidade de ações articuladas em uma estratégia específica de posicionamento na cadeia de logística reversa, com foco na organização e gestão da coleta seletiva, sob controle do movimento social dos catadores.

Trabalho e política no cotidiano de uma rede autogestionária: primeiros resultados de um estudo psicossocial

Cris Fernández Andrada (USP) - andrada@usp.br

O trabalho discute os primeiros resultados de uma pesquisa de doutorado em Psicologia Social sobre trabalho e política no cotidiano de uma cadeia produtiva autogestionária, a Justa Trama. Organizada em uma ampla rede, a cadeia reúne cerca de seiscentas pessoas de empreendimentos de quatro regiões brasileiras. Abarca todos os elos da cadeia têxtil, dos plantadores de algodão agroecológico no Ceará, a costureiras gaúchas e catarinenses, passando por artesãs de Rondônia e cooperados de uma tecelagem mineira recuperada. A partir de prolongadas incursões etnográficas, acompanhamos parte da agenda política da rede desde 2010. Em campo, dedicamo-nos a compreender os processos psicossociais que sustentam a construção política da cadeia no cotidiano; por exemplo, como os(as) trabalhadores(as) conciliam as necessidades do trabalho e da política e que recursos têm desenvolvido para operar com elas. A investigação tem como grande campo a Economia Solidária brasileira, considerada dialeticamente como um movimento político de resistência ao modo de produção capitalista e como construção de outro modelo econômico. A pesquisa adota a etnografia como referencial metodológico, combinando observações a entrevistas prolongadas semi-abertas. Como aportes teóricos, utiliza referências da sociologia e da filosofia da vida cotidiana, principalmente Henri Lefebvre e Agnes Heller.

Economia solidária e agroecologia: proposta de uma vida sustentável

Daniele de Souza (UFSCar) - danielefisica@gmail.com

Maria Lúcia Teixeira Machado (UFSCar / ABPES) - mmachado@ufscar.br

As relações entre economia, sociedade e meio ambiente vem adquirindo uma maior preocupação por parte da sociedade, isto porque, os problemas ambientais em escala global, cada vez mais se intensificam e direcionam para um modo de vida insustentável. Podemos dizer que a preocupação com as questões ambientais nasceram tardiamente em escala global como resposta a degradação do meio ambiente, demonstrando a necessidade de mudanças neste aspecto. A agroecologia como uma ciência integradora de conhecimentos defende técnicas e formas de cultivo que estejam em harmonia com o meio. A união do saber de agricultores, povos indígenas, etc.; em conjunto com conhecimento científico atual pode permitir a realização de uma agricultura com padrões ecológicos, econômicos e sociais mais sustentáveis. A cadeia de alimentos usa a base da agroecologia para a produção de seus alimentos, através da proposta de uma agricultura coletiva, com diversificação de cultivo, sem adição de fertilizantes e produtos químicos. O projeto não visa produção em larga escala de alimentos. O projeto está sendo desenvolvido na cidade de São Carlos no território do Jardim Monte Carlo, no Centro da Juventude “Elaine Viviani”, tem como finalidade a participação das pessoas do território na produção de alimentos isentos de agrotóxicos. Mais do que a participação das pessoas que residem no bairro Monte Carlo, o projeto tem como preocupação o desenvolvimento sustentável deste território.

“Todos são iguais”, “todos são responsáveis” e “todos estão no mesmo barco”: os (des) entendimentos da autogestão cooperativa

Egeu Gómez Esteves (FURG / ABPES) - egeuesteves@furg.br

Este estudo de caso investigou como cooperados de uma cooperativa industrial negociam interesses e constroem entendimentos no cotidiano da autogestão de sua cooperativa. Com este objeto, conduzimos observação etnográfica do dia a dia de trabalho dos cooperados, o que incluiu longas conversas ao lado das máquinas, bem como seis entrevistas semiestruturadas. Obtivemos que os cooperados formularam ao menos três importantes regras tácitas sobre seu funcionamento coletivo: *“todos são iguais”*, *“todos são responsáveis”*; e *“todos estão no mesmo barco”*. Os cooperados utilizam tais regras para *manter a simetria de poder na cooperativa*, para *cobrar atitudes uns dos outros*, e para *manter a coesão do grupo*. Cada regra corresponde a uma característica psicossocial destes cooperados: eles *se preocupam com a cooperativa*; eles *controlam os demais cooperados*; e eles *se sentem parte da cooperativa*. Concluímos que os cooperados alternam, simbolicamente, posições e interesses, ora se posicionam como *“sócios favoráveis à cooperativa”*, ora como *“trabalhadores em prol dos cooperados”* e ora como *“pessoas em busca de uma vida melhor”*.

Políticas públicas de economia solidária no Rio Grande do Sul

Eliezer Pedroso Rosa (UFRGS) - eliezer.pr@gmail.com

A partir da segunda metade da década de 1990 foram implementados no Brasil, no âmbito de governos municipais e estaduais, programas e projetos voltados ao fortalecimento da economia solidária como estratégia de inclusão social pela geração de trabalho e renda em atividades coletivas e autogestionadas. As políticas públicas de economia solidária estão associadas ao surgimento da questão da geração de trabalho e renda, para além da noção exclusiva de emprego. O Rio Grande do Sul, com mais de um século de tradição cooperativista, foi o primeiro estado brasileiro a implementar políticas públicas de economia solidária. O presente trabalho tem por objetivo descrever e sistematizar as características das atuais políticas públicas de economia solidária no Rio Grande do Sul, analisar de que forma e em que medida os pressupostos teóricos e estratégicos da economia solidária são traduzidos em políticas públicas locais e quais as possibilidades e limites dessas políticas. A pesquisa se caracteriza como um estudo qualitativo, realizado a partir de entrevistas com os gestores públicos dos municípios com políticas públicas de economia solidária implementadas no Rio Grande do Sul.

Experiência de uma equipe multidisciplinar na gestão de empreendimentos econômicos solidários

Emanuelle Dias Pinto (UFMT) - manusitecs@gmail.com

Aitana Salgado Carmona (UFMT) - aitanabrasil@gmail.com

Oscar Zalla Sampaio Neto (UFMT) - oscarsampaio@ufmt.br

O presente artigo relata ações desenvolvidas na Associação de Mulheres de João Carro do Município de Chapada dos Guimarães - MT por gestores vivenciais vinculados a Incubadora de Tecnologia Social e Economia Solidária – INTECSOL do Escritório de Inovação Tecnológica da UFMT. A INTECSOL é composta por uma equipe multidisciplinar que atua nos empreendimentos econômicos solidários de forma dialogal entrelaçando saberes, praticando a escuta sensível, respeito às diferenças individuais e exercício de cidadania, valorizando a diversidade e com isso fomentando a autogestão. Tendo como uns de seus princípios a promoção do capital humano e o comércio justo e solidário como fator de desenvolvimento, esta equipe trabalha para o fortalecimento de valores, crenças e habilidades que valorizam o resgate da identidade individual e coletiva, fortalecendo os vínculos do cooperativismo em prol de conquistas das condições necessárias para a autonomia organizativa e a viabilidade social, econômica e ambiental dos empreendimentos econômicos solidários.

A eficiência da solidariedade: eficiência na produção e a produção da solidariedade em associações de catadores

Jacqueline Rutkowski (Instituto Sustentar) - jacqueline.rutkowski@gmail.com

Eficiência parece se contrapor a solidariedade. Na economia solidária, eficiência e produtividade ocupam um segundo plano na construção de um outro mundo. Se na economia mercantil parece se impor naturalmente a sobrevivência dos “melhores”, no campo da economia solidária, a eficiência é subordinada à manutenção dos empreendimentos coletivos e à satisfação da necessidade de todos; num caso, sobrevivem apenas os mais aptos; noutro se desenvolve a aptidão para que todos possam sobreviver. Evidentemente, o darwinismo econômico acaba por gerar “ilhas” de excelência, na medida em que seleciona os mais eficientes, mas produzindo excluídos, que se organizam solidariamente para assegurar a sobrevivência comunitária, mas em condições quase sempre precárias, produzindo com menos eficiência. Parece, então, que a eficiência mercantil necessariamente produz a desagregação comunitária, colocando os agentes sociais em competição para eliminar os menos aptos, e que a manutenção da solidariedade limita o desenvolvimento da eficiência, na medida em que não pode ser excludente. Se o capitalismo se depara com essa contradição insuperável, avançar na economia solidária requer sua superação: é necessário conjugar eficiência e o desenvolvimento de vínculos sociais, condição para que outro mundo seja possível, no qual a eficiência seja fonte de solidariedade e esta fonte de eficiência.

A política nacional de economia solidária no Brasil e a sua relação com o rural e o urbano

Fernanda Nagem (UFRRJ) - fernandanagem@yahoo.com.br

Este trabalho tem como foco de investigação a política pública de economia solidária no governo federal, que começou a ser implementada em 2003 com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). O principal objetivo é analisar, primeiro, os mecanismos pelos quais a temática da economia solidária foi adotada como objeto de política pública e como foi conduzida em termos de estratégia de governo para a geração de trabalho e renda a partir do modelo de Kingdon, no qual foi possível distinguir claramente a interação entre os três fluxos (problemas, soluções e político). O segundo objetivo, a partir da análise dos projetos do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, analisar as ações da SENAES no que diz respeito aos dados auferidos pelo mapeamento quanto à localização dos empreendimentos econômicos solidários (rural/urbano). Os resultados apontam que a economia solidária foi encarada pelo governo federal como uma alternativa paliativa ao problema do desemprego, voltada apenas para grupos excluídos e de difícil inserção no mercado de trabalho assalariado e que a SENAES, a cada Programa Plurianual (PPA) tem direcionado suas ações para os empreendimentos urbanos.

Introdução de técnicas para estruturação do trabalho em um empreendimento popular solidário no recorte da educação popular

Flander de Almeida Calixto (UFU) - hilanorc@pontal.ufu.br

Hilano José Rocha de Carvalho (UFU) - flander@ufu.br

Este artigo tem objetivo apresentar os resultados da adequação de técnicas de organização do trabalho da Engenharia de Produção na COPERCICLA (Cooperativa de Reciclagem de Ituiutaba-MG), considerando estratégias da educação popular, em conciliação com os preceitos da Economia Solidária, que preconiza uma participação ativa e coletiva dos cooperados(as) nas decisões operacionais e estratégicas em cooperação. Considerando a fala dos cooperados(as) e partindo de ferramentas da “produção enxuta”, definidas no programa 5S e o estudo de tempos e movimentos, na aproximação ao melhor uso de métodos e ferramentas de organização do trabalho produtivo, transformados e tornados acessíveis pelas teorias e técnicas da educação popular, foram propostas melhorias no processo produtivo da COPERCICLA, que visavam: a redução dos desperdícios e perdas materiais e de tempo, a redução de estoques e a padronização dos métodos de trabalho ergonomicamente adequados. Por conseguinte, as condições materiais de renda deverão ser elevadas, criando novas competências entre os cooperados, levando a relações sociais de produção mais humanizadas e enriquecidas pela participação e envolvimento nas ações consertadas coletivamente.

Economia solidária, bem viver e decrescimento: três propostas diferentes?

Francisco Salau Brasil (UEPG) - fsbrasil@gmail.com

Manuela Salau Brasil (UEPG) - manu_ilela2@hotmail.com

No ano de 2012 o movimento da economia solidária se organiza para a realização da V Plenária Nacional de Economia Solidária com o tema “Economia solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e

sustentável”. Na vertente política do debate aparecem questões relacionadas à sustentabilidade, emancipação, desenvolvimento, diversidade, cidadania, territorialidade, entre outras, com o intuito de subsidiar a compreensão do tema proposto acima. Neste sentido, o objetivo desta comunicação é problematizar e relacionar os conceitos de economia solidária, bem viver e decrescimento que aparecem nos documentos de orientação para as discussões desde as plenárias municipais até o evento nacional. Entendemos que este esforço é válido uma vez que se propõe a analisar três conceitos que, apesar de próximos, poucas vezes são tratados em conjunto. Há vários textos que analisam, isoladamente, cada um deles, e a intenção deste artigo é investigar em que medida eles convergem – ou não – para um mesmo projeto de sociedade.

Rede Justa Trama - cadeia produtiva do algodão ecológico: a economia solidária como desenvolvimento territorial.

Gilmar Godoy Gomes (UFRGS) - gilpoa2005@yahoo.com.br

Álvaro Luiz Heidrich (UFRGS) - alvaro.heidrich@ufrgs.br

Dentre as formas de resistência a ampla precarização do trabalho e exclusão social gerada pela acumulação capitalista destaca-se a economia solidária (ES), que tem o objetivo principal de gerar trabalho e renda. Com ela se resgata a cultura do cooperativismo, contribuindo para fortalecer relações entre trabalhadores e gerar desenvolvimento. A ES envolve atividades de produção, prestação de serviços, comercialização e consumo, organizadas em empreendimentos coletivos e autogestionários, na forma de cooperativas, associações, microempresas ou organizações familiares. Compreende também trocas e articulações, tais como as moedas sociais, clubes de trocas, bancos comunitários, comércio justo, consumo consciente, crédito solidário e, principalmente, as cadeias produtivas e redes de produção e comercialização. Neste artigo analisa-se uma rede de colaboração solidária: a Rede Justa Trama – Cadeia Produtiva do Algodão Ecológico, da qual participam agricultores, coletores de sementes, fiadores, tecedores e costureiras. Criada em 2005 essa rede envolve atividades de plantio, coleta de sementes e tinturas naturais, fiação, confecção de tecidos e roupas em unidades produtivas do Ceará, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rondônia. Com a discussão dessa experiência pretende-se contribuir com o debate sobre desenvolvimento calcado no território e nas comunidades locais e contribuir para a geração de iniciativas semelhantes.

Saúde mental, economia solidária e desenvolvimento territorial: a experiência do NuMI-EcoSol/UFSCar

Giovana Garcia Morato (UFSCar) - belussi@ufscar.br

Isabela Ap. de Oliveira Lussi (UFSCar / ABPES) - giovana_morato@hotmail.com

No campo da saúde mental, considera-se o trabalho como parte importante do processo de reabilitação psicossocial, porém, a inserção laboral dos usuários dos serviços da área ainda se apresenta de forma frágil. Em 2007, com o propósito de

atuar na perspectiva do desenvolvimento territorial, o Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária – NuMI-Ecosol da UFSCar estabeleceu como forma de atuação preferencial a atenção a territórios definidos a partir de empreendimentos que apresentavam potencial de ampliação e consolidação da economia solidária, articulada com outras políticas setoriais, com ênfase na geração de renda por meio de trabalho coletivo e práticas de cooperação, definindo um território urbano como alvo de suas ações. Desta forma, propôs a incubação de novos empreendimentos a partir do protagonismo de empreendimentos de trabalho coletivo já existentes. Como parte destas ações, o NuMI-EcoSol desenvolveu um projeto de inserção de usuários de serviços de saúde mental residentes em região periférica do município de São Carlos – SP em empreendimentos e iniciativas de Economia Solidária no Município. O objetivo do presente trabalho é relatar esta experiência apontando as dificuldades e desafios.

**Eficiência e agricultura familiar:
explicando a “resistência” dos pequenos agricultores às inovações
tecnológicas**

Giovanni Campos Fonseca (UFMG) - giovannifonseca@gmail.com

Agricultores familiares são usualmente considerados ou como classe social de formas pré-capitalistas de produção ou como classes pequeno-burguesas que apenas reproduzem, em menor escala, formas de produção e de vida capitalistas. Não se lhes atribuem força social de transformação ou identidade próprias. São considerados politicamente conservadores e avessos a inovações técnicas, pouco empreendedores e acomodados à agricultura de sobrevivência. Esses lugares comuns impedem que se compreenda sua situação como resultante de uma forma de vida total, tornando ineficazes as intervenções pontuais. Por isso a distância que ainda os separa da extensão rural e a dificuldade para incorporar novas tecnologias. Neste artigo, partindo da perspectiva de Chayanov, reconsideramos a atividade do agricultor em sua lógica intrínseca, procurando compreender suas razões e apreender a racionalidade que estrutura a produção familiar. Essa perspectiva, além de evitar análises comparativas superficiais, nos dá uma representação da agricultura familiar como uma totalidade de forma de vida, que não está fechada a inovações, mas as reavalia segundo sua própria racionalidade. Assim, torna-se possível promover uma dinâmica de desenvolvimento endógena, com ações contrapostas a intervenções externas, que são ineficazes ou surtem, no final, efeitos contrários aos desejados: o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

Tecnologia Social e a reciclagem de materiais em cooperativas de catadores

Igor Fabian de Goes Lopes (UEPG) - ifgl@ig.com.br

Reidy Rolim de Moura (UEPG) - rrmoura@uepg.br

A gestão de resíduos sólidos nos municípios brasileiros enfrenta problemas técnicos, econômicos e sociais. As dificuldades tecnológicas na reciclagem de

materiais descartados após o consumo, principalmente dos resíduos plásticos, geram um acúmulo desses resíduos e o desperdício de matéria prima e energia que poderia ser evitado, poupando fontes naturais não renováveis. Nesse contexto a tecnologia de reciclagem não é um aspecto isolado, estando diretamente ligada a questões políticas e sociais, como a situação precária em que vivem os catadores de materiais recicláveis. A Tecnologia Social e a Economia Solidária surgem como alternativas para fazer a interface entre políticas públicas, inclusão social e geração de renda através da incubação de cooperativas e associações de catadores por Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's).

As experiências do Escritório de Inovação Tecnológica (EIT) da UFMT e da ARCA Multincubadora

Jussara Luzia de Figueiredo (UFMT) - jluzfigueiredo@gmail.com

As experiências do Escritório de Inovação Tecnológica (EIT) da UFMT e da ARCA Multincubadora, para a formação e acompanhamento de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), vem possibilitando produzir conhecimentos a partir dos processos de incubação. O artigo visa demonstrar a importância da Administração na gestão desses empreendimentos, partindo-se do pressuposto que existe carência de gestão e passam por problemas que predominam em determinadas fases do seu desenvolvimento. A tarefa principal da Administração consiste em interpretar os objetivos propostos pelos EES e transformá-los em ação, uma vez que defrontam com problemas complexos, que vão desde exigências da sociedade, dos clientes e dos fornecedores até dificuldades nas relações humanas, bem como diferenças de expectativas, ultrapassando a capacidade de acompanhamento e compreensão adequadas. Os EES, na medida em que têm de comercializar e vender em mercados competitivos, enfrentam fortes pressões do ambiente. A Administração oferece ferramentas gerenciais eficazes, podendo desenvolver métodos e estratégias, além de recursos/práticas organizacionais de apoio para a sobrevivência desse tipo de empreendimento. O administrador deve atuar no sentido de compreender que uma das suas principais características é a autogestão, onde as decisões são exercidas pelos trabalhadores que os constituíram, visando obter a satisfação de suas necessidades econômicas.

A sustentabilidade da pesca no município de Itacoatiara na ótica do associativismo

Kátia Rejane da Silva Rufino (UEAM) - kathiarufino@hotmail.com

Shelda de Souza Barros (UEAM) - sheldabarros@bol.com.br

Rayanne Cristina Silva Gonçalves (UEAM) - ray_ice@hotmail.com

Débora Ramos Santiago (UEAM) - deborasantiago12@hotmail.com

Esta pesquisa apresenta uma análise cuidadosa sobre a importância do associativismo na atividade pesqueira do município de Itacoatiara, buscando-se compreender a realidade desta atividade como subsídio para formulação de políticas públicas e estratégias que visem assegurar a sustentabilidade ambiental

onde acontecem as pescarias, gerando desenvolvimento econômico para Itacoatiara. Os dados foram coletados por amostragem, através da aplicação individual de questionários aos pescadores e revendedores de peixes em diversos pontos do município de Itacoatiara. Inicialmente verificaram-se as características socioeconômicas dos pescadores e em seguida a importância das associações das comunidades pesquisadas e a relevância do acordo de pesca firmado entre elas. Assim como foram avaliados a importância da Associação dos Pescadores de Itacoatiara - Z 13, buscou-se verificar o quantitativo de cadastros e os principais benefícios sociais que são oferecidos a estes profissionais através do associativismo, além dos recursos em termo de capacitação profissional que favorece principalmente os filhos dos associados. A atividade pesqueira está mudando de característica em alguns aspectos. Através da Z13 os pescadores passam a ter uma série de benefícios sociais, porém ainda existe uma serie de desafios a serem enfrentados como a necessidade de políticas publicas para atender as populações de maneira igualitária.

Economia solidária: um movimento social?

Kelci Anne Pereira (USP) - kelcipereira@usp.br

Este texto, referente à pesquisa de doutorado em educação, analisa a economia solidária (ES) enquanto movimento social. A partir das contribuições de Alberto Melluci, os movimentos são interpretados como formas de ação coletiva, concretizadas pela existência de um conflito, pela emergência da solidariedade e pela ruptura com os limites do sistema. Nesta tríade, se elabora processualmente a identidade coletiva, que estrutura e vincula identidades individuais diferentes em torno de um projeto em comum, gerando um “nós”. Tal compreensão dos movimentos requer considerar que, frente às mudanças sociais contemporâneas, introduziram-se preocupações culturais no plano da ação coletiva, além das questões de classe. Ambas, se articulam em termos de necessidades compartilhadas, de cunho material e simbólico, e pela capacidade do movimento de gerar pertencimento. Resta analisar, do ponto de vista da economia solidária, como esta teoria ajuda a compreender os limites e possibilidades para que o que empiricamente se denomina movimento social da economia solidária também o possa ser denominado em termos teóricos. Este é o objetivo deste artigo, que deve ser realizado mediante a decomposição da economia solidária, em termos do como ela se realiza no Brasil.

A padronização da qualidade dos materiais separados e comercializados pelas associações de catadores: uma alternativa para produção de valor na cadeia de reciclagem

Larissa Sousa Campos (UFMG) - lascalpos@ufmg.br

Francisco de Paula Antunes Lima (UFMG) - fpalima@ufmg.br

A distribuição de valor ao longo da cadeia da reciclagem é desfavorável aos catadores, o que ajuda a manter sua baixa remuneração e a precariedade de seu trabalho. Diversas são as estratégias empregadas na busca por melhores condições de vida para os catadores de materiais recicláveis e de ampliar a

sustentabilidade das associações. Uma alternativa, de produção de valor neste elo da cadeia, é buscar a comercialização direta com a indústria transformadora. No entanto, individualmente as associações têm diferentes escalas de produção (tomando como referência a demanda da indústria) e diferentes padrões de qualidade (uma vez que tendem a separar de acordo com os critérios do elo seguinte na cadeia). A qualidade exigida pela indústria foi expressa no catálogo de padronização de qualidade elaborado pelo SEBRAE-MG em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais. Este trabalho tem como objetivo identificar as variáveis que interferem na decisão de como separar o material e as condições necessárias para a comercialização com a indústria (distribuição logística, organização do trabalho e da produção, forma de remuneração, comercialização em rede, prazos e capital de giro). Para finalmente, dimensionar qual é o custo de se produzir com os padrões de qualidade da indústria.

Melhoria das condições ergonômicas de trabalho numa cooperativa de reciclagem

Lays de Carvalho Freitas (UFU) - laysfreitas_04@hotmail.com

Após o fim da segunda guerra mundial, com o surgimento de novas visões sobre o mundo do trabalho, bem como consequência de lutas travadas no próprio ambiente fabril no passado, surgiu a Ergonomia. A Ergonomia tem por objetivo o bem estar dos trabalhadores pela adaptação do trabalho ao homem. Antes do advento da Ergonomia, a visão fordista-taylorista dominante buscava o aumento e o controle excessivo do trabalho humano, visando apenas o aumento da eficiência e da produtividade, sem se preocupar com as condições mínimas de saúde dos trabalhadores. Assim sendo, este artigo objetiva a aplicação das técnicas da Ergonomia Física em uma cooperativa de reciclagem. Utilizando-se dos métodos de Ergonomia Física, sem deixar de lado a eficiência produtiva, melhorias nos processos produtivos são propostas, a partir da realidade de um empreendimento popular solidário, com a participação ativa dos cooperados. Desse modo, a saúde física dos cooperados pode ser melhorada e os efeitos da fadiga amenizados, melhorando as suas condições de trabalho na cooperativa, adequada ergonomicamente.

Das formas de solidariedade da economia solidária: um confronto entre as teorias de Marx, Mauss e Dukheim e a realidade brasileira.

Martim Zamora (UFRGS) - moreirazamora@gmail.com

Glaucia Campregher (UFRGS) - glaucia.campregher@gmail.com

As experiências recentes de cooperação produtiva em todo o mundo geraram uma discussão nova, exigindo um léxico novo, reunido sob a alcunha de Economia Solidária. Essa nova discussão somou à herança teórica do marxismo e à herança política dos movimentos cooperativistas uma outra matriz teórica e uma outra matriz política. Vemos uma nova matriz teórica na discussão da reciprocidade, ou das trocas baseadas nesta e uma nova matriz política que reúne: as críticas das experiências do chamado socialismo real e do

cooperativismo assimilado. Entretanto pouco dessas discussões tem servido para um contraponto com as relações sociais observadas nos experimentos concretos de economia solidária, seja dos empreendedores entre si seja destes com o seu entorno, no sentido de se precisar melhor de que formas de solidariedade se trata. Pretende-se aqui uma primeira aproximação entre as discussões teóricas sobre cooperação, solidariedade e reciprocidade (nas esferas da produção e da troca econômica e na esfera da troca social em geral) tendo por base Marx, Durkheim e Mauss (e alguns de seus comentadores atuais) e as observações práticas do trabalho de incubação de empreendimentos de economia solidária desenvolvido pelos autores junto a Incubadora da UFRGS.

Economia solidária, extrativismo e desenvolvimento no sul da Amazônia Brasileira

Luciane Maria da Silva (UEAM) - lucianemariana@hotmail.com

Paulo de Tarso Barbosa Sampaio (INPA) - sampaio@inpa.gov.br

A porção brasileira da Amazônia recebe a denominação de Amazônia Legal, cujo conceito é de natureza, sobretudo, geoeconômica instituída pela Legislação para fins de planejamento territorial e de desenvolvimento regional. Essa área abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte dos Estados do Maranhão e Mato Grosso. Inserido nessa porção, o município de Manicoré situa-se na porção sul do Estado do Amazonas e limita-se com os municípios de Novo Aripuanã, Apuí, Humaitá, Tapauá, Beruri, Borba e com os Estados de Rondônia e Mato Grosso. Com população eminentemente rural, um dos desafios enfrentados na economia é compatibilizar sua eficiência produtiva com os interesses da sustentabilidade socioambiental do local. As condições de logísticas na região de floresta limitam a produção extrativa e esse mercado internaliza o valor da floresta e a forma como o processo produtivo nela se realiza. Ou seja, a produção necessita pensar o econômico e condições sociais capazes de promover auto-sustentação e autonomia da população e ao mesmo tempo a conservação do patrimônio florestal. Economia e mercado precisam alinhar sustentabilidade e alternativas de viabilidade mercadológica que, quando apoiadas na economia solidária, mostram-se excelentes ferramentas de apoio às comunidades na geração de emprego e renda.

Loucura e trabalho na economia solidária: a produção de fazeres e saberes sobre o processo de constituição de coletivos autogestionários no contexto da saúde mental

Márcia Campos Andrade (UEL / ABPES) - maringa2008@yahoo.com.br

A relação entre loucura e trabalho produtivo como dispositivo de emancipação para além de sua dimensão terapêutica data das Reformas Psiquiátricas na França e na Itália. A Reforma Psiquiátrica Brasileira sofreu a influência dessas duas perspectivas, embora, no atual momento de intercâmbio da Saúde Mental com a Economia Solidária exista uma maior aproximação com a Psiquiatria Democrática Italiana pela via da Empresa Social. A constituição de coletivos de trabalho autogestionário (oficinas de trabalho, projetos de inclusão social,

cooperativas sociais, etc.) pelos sujeitos da experiência da loucura se configura como a base do processo de transformação da relação entre loucura e trabalho na realidade atual da atenção em Saúde Mental. Sendo assim, torna-se essencial a produção de fazeres e saberes sobre essa prática social que subsidiem uma ação reflexiva e crítica com potência de retroalimentar o processo e propiciar a prospecção de outras ações. Esse trabalho é uma contribuição a esse movimento em curso e tem como referência o Materialismo Dialético e a Teoria do Processo Grupal em Pichon-Rivière; e, o Dispositivo Intercessor como recurso metodológico da práxis de intercessão como uma pré-incubagem do projeto *Arte em Oficina – um projeto coletivo em ação* no CAPs 1 de Nova Esperança/PR.

A importância da formulação de políticas públicas geradoras de tecnologias que favoreçam a sustentabilidade econômica dos empreendimentos de economia solidária.

Márcia Janete da Cunha Costa (UFPA) - mjaneth22@gmail.com

Sônia Mendes de Abreu (SEICOM-PA) - soniamadireitoambiental@gmail.com

Do ponto de vista social e político, a globalização aponta para um sistema global que possibilita, a partir do uso de novas tecnologias, o desenvolvimento de movimentos políticos globais e o acesso à democracia de forma diferenciada, e é nessa trajetória que surge a economia solidária no Brasil. Ao longo dos anos, diversos empreendimentos econômicos solidários surgiram como expressão de uma nova forma de produção e distribuição de bens e serviços, realizada através de grupos coletivos, organizados de forma democrática e que reúnem trabalhadores que encontram-se a margem do mercado formal de trabalho. A partir deste cenário, o presente artigo tem como objetivo central demonstrar a importância da formulação de políticas públicas geradoras de tecnologias que favoreçam um contexto efetivamente propulsor da sustentabilidade da economia solidária. A metodologia será realizada em duas etapas: 1) levantamento bibliográfico e documental; 2) pesquisa de campo, onde utilizará de descrição de dados pesquisados empiricamente, com análise interpretativa. Dentro desta concepção espera-se com os resultados obtidos demonstrar a importância de se priorizar a formulação de políticas públicas que venham favorecer os empreendimentos solidários para a utilização de tecnologias sociais capazes de atender a aspectos prioritários em um contexto de inserção desses empreendimentos.

Moeda social: possibilidades e limites: reflexões a partir da implantação do Ecobanco em uma feira de economia solidária na cidade de Curitiba-PR.

Marilene Zazula Beatriz (UTP) - marilene.zazula@hotmail.com

José Aparecido de Oliveira (UNIBRASIL) - jptcido@pop.com.br

Lourdes Marchi (CEFURIA) - marchiecosol@yahoo.com.br

Glicimar Bueno (CEFURIA) - bglicimar@gmail.com

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as possibilidades e os limites da implantação da moeda social em uma Feira de Economia Solidária. A pesquisa se constituiu em um estudo de caso e teve como participantes os integrantes da

Feira Permanente de Economia Solidária, a saber: os empreendimentos econômicos solidários e as entidades de apoio – que acontece uma vez por mês, no Bairro Novo, na Cidade de Curitiba-Paraná. Os dados foram abordados por meio de observações assistemáticas durante o período da feira, por registros de reuniões de avaliação da equipe do Ecobanco, além das reuniões de avaliação das feiras. O período de análise se constituiu de fevereiro de 2011 a julho de 2012. Para o tratamento dos dados, empregaram-se procedimentos descritivo-qualitativos. Conclui-se que a moeda social teve forte impacto na dinâmica de comercialização dos produtos na feira e que é necessário criar estratégias para que as pessoas compreendam a função de um banco comunitário que atue de forma mais ampla do que apenas no dia da feira de economia solidária. Percebeu-se, com isso, que as questões relativas ao debate político e estratégico da implantação de um banco comunitário, ainda não conquistou o devido espaço no debate dos integrantes da feira analisada.

História e análise de uma cooperativa de desenvolvimento de software

José Monserrat Neto (UFLA / ABPES) - monserrat@dcc.ufla.br

Apresentação da experiência da cooperativa de software livre, TecnoLivre – Cooperativa de Tecnologia e Soluções Livres, desde 2006, com a formação inicial do grupo, até a sua “transformação” em empresa, Polaris Inovações em Soluções Web, em 2011. Descreve-se a constituição do grupo, com estudantes de computação da UFLA, a partir da iniciativa do Prof. José Monserrat Neto, o papel da IncubaCoop/UFLA – Incubadora de Cooperativa Populares da UFLA, as atividades realizadas no período de incubação até a fundação da TecnoLivre, em 2007, o seu relacionamento com outras cooperativas de software livre (Solis/RS e Colivre/BA) e com Fórum Sul Mineiro de Economia Solidária – FSMES, os principais projetos e serviços realizados, o lento e difícil amadurecimento da equipe, a gradativa saída de cooperados, os diversos problemas organizacionais e financeiros enfrentados, a discriminação injusta em editais de órgãos de fomento à pesquisa, a ideia e decisão de transformar o empreendimento em empresa, a participação em edital de seleção da Inbatec/UFLA – Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da UFLA, em 2011, a fundação da empresa Polaris e a re-organização do empreendimento. Analisa-se criticamente as expectativas iniciais, os problemas enfrentados, a transformação da cooperativa em empresa e as atuais perspectivas do empreendimento.

A política pública de formação em economia solidária: elementos de tensão entre capital e trabalho no reordenamento sóciometabólico do capital

Rafael de Lima Bilio (UFRJ) - rafaelbilio@ig.com.br

Tendo em conta que o trabalho é elemento fundamental de constituição humana, partimos da crítica ao trabalho no modo de produção capitalista, que assume

características singulares com a crise do trabalho assalariado decorrente da crise do regime fordista de acumulação. A partir dos referenciais teóricos do materialismo histórico, o desafio central deste trabalho é identificar elementos de tensão entre capital e trabalho existentes na “Política Pública de Formação em Economia Solidária (PPFES) da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Para isso, situamos os principais avanços e limites da “PPFES” considerando o contexto de reordenamento sóciometabólico do capital. Utilizamos fontes documentais escritas, entre elas os Termos de Referência de Economia Solidária do Plano Nacional de Qualificação e dos Centros de Formação em Economia Solidária (CFES), bem como a I e a II Oficinas Nacionais de Formação/Educação em Economia Solidária. Como expressão das contradições entre capital e trabalho, compreendemos que, mesmo implementado de forma fragmentada e residual, o projeto de formação de trabalhadores executado pela SENAES congrega elementos reivindicatórios de um projeto societário distinto da lógica do capital.

Empreendimento econômico solidário:

a incubação sob o ponto de vista do processo psicológico grupal

Ramiz Candeloro Pedroso de Moraes (UNIFESP) - ramizcpm@hotmail.com

A produção da desigualdade social no Brasil tem como grande responsável o Capitalismo. Neste contexto surgem ações ligadas à Economia Solidária como forma de resgate socioeconômico e subjetivo das pessoas excluídas socialmente. A incubação de empreendimentos econômicos solidários aparece como uma metodologia importante na promoção efetiva da Economia Solidária. Este artigo, fruto de uma pesquisa de iniciação científica, pretende analisar o processo psicológico grupal de uma cooperativa de reciclagem de uma cidade da baixada santista a partir dos princípios que norteiam a Economia Solidária. O estudo é qualitativo e utiliza-se da abordagem etnográfica para compreender o cotidiano de trabalho dos cooperados. Durante o processo de incubação, foi traçado o perfil socioeconômico do grupo, por meio de questionários estruturados, o que apontou baixa escolaridade e renda dos participantes. Os cooperados foram acompanhados durante um ano e analisou-se o processo grupal no contexto de incubação, apontando para a questão das lideranças. O contexto político-institucional que envolvia a universidade, a cooperativa e a prefeitura local, apontou para um rompimento da incubação. Apesar desta cisão, houve um fechamento do processo de incubação com a possibilidade da construção de uma rede regional de cooperativas.

Os conflitos e parcerias entre os sindicatos e as fábricas recuperadas autogestionárias

Raquel Duaibs (UNICAMP) – duaibs@gmail.com

A partir de meados dos anos 1980, alguns sindicatos do Brasil começaram a aderir à política de apoio à recuperação de fábricas em estado falimentar por meio da formação de cooperativas autogestionárias, como foi o caso do Sindicato dos Mineiros de Criciúma e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Eles compreendiam que essa poderia ser uma alternativa capaz de salvar parte dos postos de trabalho, especialmente aqueles que vinham gradativamente sofrendo um decréscimo entre o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990, devido a diversas políticas nacionais e internacionais, que culminaram para a transformação do mundo do trabalho. O foco desse artigo é discutir qual o significado do sindicato na formação dessas cooperativas, qual sua contribuição para o desenvolvimento desses empreendimentos e como ocorre essa relação de representação, pois em algumas situações, parece haver certo conflito em reconhecer o sindicato como instituição legítima de representação dos interesses dos trabalhadores cooperados, já que esses últimos, geralmente, entendem que as funções do sindicato limitam-se aos trabalhadores contratados pelo regime da CLT. Enquanto cooperados, muitas vezes deixam de se perceberem-se como trabalhadores e passam a assumir-se como empreendedores.

Vivência estudantil na prática extensionista: vivência e prática solidária

Rui Lemes Barbosa (UEPG) - smalldahui@gmail.com

Jonas Roberto Schaurich (UEPG) - jonas.schaurich@gmail.com

Winnie Olinek (UEPG) - winnieolinek@msn.com

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma experiência estudantil-universitária e extensionista, em uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP. Aqui o trabalho desenvolvido aproxima-nos de uma utopia: a de melhorar as condições de vida das pessoas e comunidades que mais sofrem os males do atual estágio de desenvolvimento capitalista, e do enfraquecimento do Estado em sua capacidade de ação. Neste trabalho, procura-se também, demonstrar que dentro destas incubadoras, as práticas dos princípios da Economia Solidária são fundamentais para o desenvolvimento do trabalho das ITCP's, no sentido de promover a integração entre os estagiários, técnicos, funcionários, professores supervisores e coordenadores destas incubadoras, bem como, para a maior apropriação dos processos de incubação por parte das equipes, desde a avaliação das possibilidades e dificuldades do processo como um todo, como das atividades específicas a serem realizadas com os grupos incubados; e ainda, para a efetiva formação do aluno “extensionista solidário”. Serão apresentados, também, aspectos do trabalho de uma Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do Município de Pirai do Sul, no estado do Paraná, onde a participação do poder público local, apoiado por políticas públicas federais, foi fundamental para desenvolvimento dos trabalhos de incubação com o grupo.

Autogestão e economia solidária: limites e possibilidades

Sandro Benedito Sguarezi (UNEMAT) - sandrosquarezi@gmail.com

Lúcia Maria Machado Bógus (PUC-SP) - lubogus@uol.com.br

O texto aborda limites e possibilidades da autogestão em empreendimentos econômicos solidários (EES) no Estado de Mato Grosso. Trata-se de uma pesquisa qualitativa embasada em entrevistas não-estruturadas e na observação participante *in loco* aos EES. A análise foi organizada a partir das relações de trabalho no interior dos empreendimentos e da participação dos sócios no processo de tomada de decisão. Dentre os limites destacam-se a falta de formação, de cultura autogestionária, de crédito, ausência de um marco regulatório e a relações de autogestão limitadas ao interior dos empreendimentos, embora estes dialoguem com outros Movimentos Sociais. Dentre as possibilidades destaca-se: o resgate da auto-estima e da dignidade dos sujeitos da economia solidária, a forte capacidade de inclusão das pessoas, a busca da autonomia, da emancipação e da cidadania manifesta na vontade desses sujeitos de participar das decisões dentro e fora dos EES, o compromisso de construir novas relações de trabalho e de lutar por políticas públicas. Outra possibilidade é o forte impacto dessas iniciativas no desenvolvimento econômico local sustentável e no processo de democratização econômica. A abordagem explicita a complexidade e as contradições que envolvem de forma polissêmica os conceitos de economia solidária e autogestão na realidade desses EES.

Dádiva e economia solidária: processo educativo na formação em economia solidária

Sônia Marise Salles Carvalho (UnB) - smarises@yahoo.com.br

Christiane Girard Ferreira Nunes (UnB) - girard@unb.br

Este artigo reflete sobre as aproximações entre a Dádiva, Educação e Economia Solidária. Pergunta-se como os estudos sobre a dádiva pode ajudar a compreender a natureza multicultural da relação humana e a qualificar a mediação dialógica entre os sujeitos participantes da Economia Solidária? Entende-se a dádiva como toda ação efetuada, sem garantia de retribuição, com o intuito de criar, manter e reconstituir o vínculo social. O circuito dar-receber-retribuir faz parte da tríplice obrigação de associar ao mesmo tempo obrigação e liberdade, interesse e desinteresse. Há uma perspectiva de refletir como esse caráter paradoxal da ação social pode manter alianças ou não, numa cadeia de obrigações e desafios, na prática pedagógica. Interessa destacar a questão da reciprocidade no circuito da dádiva e perguntar: a quem se dar e de quem se pode receber e como retribuir? A resposta deve ser aportada pela constituição e perduração do laço social e a permitir a possibilidade histórica de humanizar os vínculos sociais por meio do processo educativo nos valores da Economia Solidária.

De beneficiário a cidadão: breve análise comparativa entre o Programa Bolsa Família e os Fundos Solidários na região sul do Brasil

Talita Jabs Eger (CAMP) - talitaeger@yahoo.com.br

Miéle Ribeiro (CAMP) - mielepribeiro@yahoo.com.br

José Inácio Konzen (CAMP) - josekonzen@yahoo.com.br

O Bolsa Família configura-se como um programa de transferência de renda que visa, entre outras coisas, subsidiar o consumo de grupos de baixa renda. Os Fundos Solidários (FS), por sua vez, se constituem enquanto uma ação promovida pelas mais diversas entidades (religiosas, sindicais, etc.) que objetiva financiar, não apenas projetos de Economia Solidária, mas principalmente, atividades produtivas prementes e em fase inicial. Neste sentido, os FS se constituem como uma fonte de crédito acessível de mobilização e promoção social de famílias e grupos, destinada a incentivar e financiar práticas produtivas solidárias sendo considerados ainda, como um instrumento fundamental no processo de superação da condição destes agentes de beneficiários passivos das políticas assistenciais. Sendo assim, este trabalho se propõe a refletir sobre os sentidos e significados construídos, por gestores e beneficiários de ambas as ações, em torno destes recursos monetários destinados às práticas distintas, mas complementares. O ponto de partida desta reflexão são duas pesquisas ainda em andamento. A primeira de âmbito acadêmico, referente ao Bolsa Família, versa sobre as moralidades subjacentes aos usos do dinheiro do programa. A segunda, fruto de uma chamada pública do MTE/SENAES, sobre Fundos Solidários, intenciona, entre outras coisas, mapear os Fundos em todo o Brasil.

Economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial ou de desenvolvimento local?

Tatiane Marina Pinto de Godoy (UFSCar) - tatianemgodoy@gmail.com

O termo desenvolvimento territorial tem sido usado como forma de explicitar a articulação de iniciativas da Economia Solidária com os espaços onde estas estão inseridas. A ideia que temos buscado desenvolver é que a diferença entre desenvolvimento local e desenvolvimento territorial está no projeto de sociedade que cada um contempla ou, que pelo menos a ideia de desenvolvimento territorial poderia contemplar. O desenvolvimento local surge enquanto estratégia de superação das crises do capitalismo, mas sem questioná-lo. É uma maneira de continuar no jogo do capitalismo que se define pela desigualdade, pela concentração e pela diferenciação: desigualdade social, que é concomitantemente territorial. É subordinar-se ao capitalismo tal como ele é só que tentando estar do lado dos "desenvolvidos" e não mais dos "não-desenvolvidos".

O desenvolvimento territorial pode ter uma outra perspectiva. Aquela de tentar não se encaixar no jogo do capitalismo, mas a partir do estabelecimento de novas relações sociais, econômicas, políticas, culturais e territoriais pautadas por valores diferentes. Nesse sentido, aliado aos princípios da Economia Solidária,

pensamos que temos que usar o conceito de desenvolvimento territorial porque a ideia que o desenvolvimento local carrega consigo já está contaminada pelo princípio da competitividade entre os locais, pela guerra dos lugares.

Melhoria das condições produtivas de trabalho numa cooperativa popular de reciclagem na cidade de Ituiutaba-MG

Thassiana Silva Caetano (UFU) - thassiana_tsc@hotmail.com

Julmar Gonçalves da Silva Júnior (UFU) - julmarao_esme@hotmail.com

Diante da atual realidade econômica global, a qual há a predominância de um sistema capitalista de produção, uma alternativa comum para tal realidade pode ser detectada com o surgimento de empreendimentos solidários. Uma organização como essa foi objeto de transformação através do projeto desenvolvido, o qual esse presente artigo é fruto: a cooperativa de reciclagem (COPERCICLA) situada na cidade de Ituiutaba (MG). Ela é responsável por coletar material reciclável disponibilizado pelos habitantes da cidade, separar os mesmos, e destiná-los corretamente. Reconhecendo a importância social de tal empreendimento, buscou-se o desenvolvimento de tecnologias produtivas visando melhorar a produtividade e reduzir desperdícios de qualquer espécie, bem como internalizar conceitos de produção enxuta, economia e padronização de movimentos, conciliando-os com os preceitos da Economia Solidária. Como resultado, a COPERCICLA está se transformando gradualmente em um empreendimento produtivamente fortalecido, sem deixar de exercer cada vez mais uma função social integradora entre os cooperados e a sociedade.

Catadores de lixo ou agentes ambientais? entre o reconhecimento social e o trabalho sujo

Fabiana Goulart de Oliveira (UFMG) - fabiana.goulart@yahoo.com.br

Vanessa Andrade de Barros (UFMG) - vanessa.abarros@gmail.com

No campo da Economia Solidária, as associações de catadores (ACs) são reconhecidas por propiciarem geração de renda e reintegração social de pessoas excluídas do mercado formal, além de benefícios ambientais. No entanto, essas experiências são atravessadas por uma contradição: os ganhos ambientais, econômicos e sociais convivem com a precariedade das condições de trabalho e de vida dos catadores. As ACs são formadas por pessoas com baixo nível de escolaridade, idosas, com saúde precária, excluídos pelos processos competitivos e tecnológicos. Estas pessoas integram a classe que Jessé Souza denomina de “ralé”. Assim, em uma primeira aproximação, as ACs podem ser vistas como um tipo de dispositivo organizacional que promove a positividade ideológica do trabalho e, dessa forma, contribui para manter a ordem social estabelecida. Por outro lado, alguns estudos apontam que as ACs são capazes de promover o desenvolvimento dos seus associados por meio das relações sociais que estes estabelecem no trabalho. Nossa proposta, tendo como perspectiva a construção da economia solidária, é analisar a atividade dos catadores, problematizando esta ambivalência entre o reconhecimento social conquistado e o fato de ser um “trabalho

sujo" (HUGUES), a fim de repensar possibilidade de desenvolvimento das ACs após a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Associados(as) da ABPES

Nº	Nome (ordem alfabética)	Sócio(a) desde	Ocupação principal	Titulação / escolaridade	Instituição de referência	UF ou País
1	Ademar de A. Bertucci (fundador)	abril de 2005	Assessor de ONG	Mestre em política social – UnB	Cáritas	DF
2	Alberto Paschoal Trez	agosto de 2005	Professor universitário	Mestre em administração de empresas – PUC/SP	IF	SP
3	Alessandra B. A. Azevedo (fundadora) (Conselho Fiscal)	abril de 2005	Professora universitária	Doutora em política científica e tecnológica – Unicamp	UFRB	BA
4	Ana Beatriz T. de Melo	julho de 2008	Pós-graduanda (doutoranda)	Mestre em psicologia – PUC/MG	PUC-MG	MG
5	Ana Lucia Cortegoso (Diretoria Executiva)	setembro de 2007	Professora universitária	Doutora em educação – PUC/SP	UFSCar	SP
6	André Ricardo de Souza (fundador) (Diretoria Executiva)	abril de 2005	Professor universitário	Doutor em sociologia – USP	UFSCar	SP
7	Andreia Lemaître	agosto de 2007	Pós-graduanda (doutoranda)	Mestre em ciências econômicas – UCL/Bélgica	UCL / CNAM	Bélgica
8	Antônio Luiz Paula Meira	setembro de 2007	Assessor de órgão público	Bacharel em engenharia florestal - Unesp	PMP	SP
9	Arlete C. Monteiro Vieira (Diretoria Executiva)	junho de 2007	Professora universitária	Mestre em Educação – Unitau	FAPÍ	SP
10	Arlindo M. E. Rodrigues	Setembro de 2010	Professor universitário	Mestre em administração – PUC-SP	Uninove	SP
11	Celso A. T. do Nascimento (fundador) (Conselho de Ética)	abril de 2005	Professor universitário	Mestre em economia – UFAM	FUCAPI	AM
12	Cris Andrada (Conselho Fiscal)	setembro de 2005	Pós-graduanda (doutoranda)	Mestre em psicologia social – USP	USP	RS
13	Cristina C. R. Parente	setembro de 2009	Professora universitária	Doutora em sociologia pela UP/Portugal	UP/A3S	Portugal
14	Dimas de O. Estevam	setembro de 2011	Professor universitário	Mestre em economia - UFSC	UNESC	SC
15	Egeu Gómez Esteves (fundador)	abril de 2005	Professor universitário	Doutor em psicologia social – USP	FURG	RS
16	Eloisa Helena Cabral	setembro de 2009	Professora universitária	Doutora em ciências sociais – PUC/SP	FAAP	SP
17	Fernanda H. C. Alcântara	setembro de 2009	Professora universitária	Doutora em sociologia – luperj	UFV	MG
18	Ioshiaqui Shimbo	abril de 2010	Professor universitário	Doutor em educação – Unicamp	UFSCar	SP

19	Isabela A. Oliveira Lussi	abril de 2010	Professora universitária	Doutora em enfermagem - USP	UFSCar	SP
20	João Cláudio T. Arroyo	maio de 2008	Professor universitário	Mestre em economia – Unama	FAP	PA
21	João José Corrêa (fundador) (Conselho de Ética)	abril de 2005	Assessor de ONG	Especialista em cooperativismo – Unisinos	FASE	PA
22	José Brendan Macdonald (fundador) (Conselho de Ética)	abril de 2005	Professor universitário	Doutor em história – UFPE	UFPB	PB
23	José Francisco de M. Neto (fundador)	abril de 2005	Professor universitário	Doutor em educação – UFRJ	UFPB	PB
24	José Monserrat Neto (Conselho Científico)	fevereiro de 2006	Professor universitário	Doutor em engenharia da computação – UFRJ	UFLA	MG
25	Márcia Campos Andrade (fundadora) (Conselho de Ética)	abril de 2005	Professora universitária	Mestre em psicologia social – UFMG	UEL	PR
27	Márcio Mendes Rocha	dezembro de 2006	Professor universitário	Doutor em geografia – USP	UEM	PR
28	Maria Lúcia T. Machado	agosto de 2012	Professora universitária	Doutora em saúde coletiva - Unicamp	UFSCar	SP
29	Maria Zanin	agosto de 2012	Professora universitária	Doutora em física aplicada - UFSCar	UFSCar	SP
30	Paulo Eduardo G. Bento	abril de 2010	Professor universitário	Doutor em engenharia da produção – UFSCar	UFSCar	SP
31	Priscilla Maria Villa Lhacer	abril de 2008	Assessora de órgão público	Mestre em economia – USP	BACEN	SP
32	Regina Y. D. Carretta (fundadora)	abril de 2005	Professora universitária	Doutora em terapia ocupacional– UFSCar	USP	SP
33	Ricardo Bebianno Costa (fundador) (Conselho de Ética)	abril de 2005	Assessor de ONG	Bacharel em Engenharia elétrica	CAPINA	RJ
34	Rizoneide Souza Amorim	maio de 2008	Assessora de ONG	Mestre em Desenvolvimento regional – UFRN	IMS	DF
35	Roney Rezende Rangel	março de 2009	Pós-graduando (mestrando)	Especialista em economia solidária – Unicamp	UNIVAP	SP
36	Rosalvi Monteagudo (Conselho Fiscal)	novembro de 2005	Assessora de ONG	Mestre em cooperativismo – Unisinos	Iempresa	SP
37	Sandra Rufino (fundadora) (Conselho Científico)	abril de 2005	Professora universitária	Doutora em engenharia da produção – USP	UFOP	MG
38	Sandro Benedito Sguarezi	junho de 2012	Professor universitário	Doutorado em ciências sociais – PUC-SP	UNEMAT	MT
39	Willian Toshio Minatogawa (fundador)	abril de 2005	Assessor de órgão público	Mestre em política científica e tecnológica – Unicamp	Fundacentro	SP